



## **ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO N.º 0028589-39.2011.8.15.2001.**

ORIGEM: 6.<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca da Capital.

RELATOR: Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

APELANTE: Banco Santander S.A.

ADVOGADOS: Elísia Helena de Melo Martini (OAB/PB n.º. 1.853-A) e outros.

APELADOS: Márcio Barbosa da Silva e outros.

ADVOGADOS: Marcílio Ferreira de Moraes (OAB/PB n.º. 17.359) e outro.

EMENTA: AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE E REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. COBRANÇA DE JUROS REMUNERATÓRIOS NA FORMA CAPITALIZADA. APLICAÇÃO DO MÉTODO PRICE PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉBITO. REQUERIMENTO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DOS CONTRATOS. DEFERIMENTO. DESCUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL PELA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS. AUSÊNCIA DE PROVA DE MÁ-FÉ NA COBRANÇA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. PRETENSÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS DEDUZIDA DE FORMA INCIDENTAL EM PROCESSO DE CONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE EXIBIÇÃO DOS CONTRATOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE SE PRETENDIA PROVAR. ART. 359, DO CPC/1973. ART. 400, DO CPC/2015. PRECEDENTES DO STJ. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS NÃO PACTUADA. ABUSIVIDADE. CONTRATO BANCÁRIO DE UM DOS APELADOS CONSTANTE NOS AUTOS. FALTA DE INTERESSE DE AGIR EM RELAÇÃO À PRETENSÃO EXIBITÓRIA. PREVISÃO DE TAXA DE JUROS ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DA MENSAL. CLÁUSULA CONTRATUAL EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE UM DOS APELADOS. ÔNUS SUCUMBENCIAL DISTRIBUÍDO PROPORCIONALMENTE. ART. 86, DO CPC/2015. **PROVIMENTO PARCIAL DO APELO.**

1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n.º. 973.827/RS, firmou o entendimento de que é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos bancários celebrados após 31/3/2000, data de início da vigência da Medida Provisória n.º 1.963-17/2000 (em vigor como MP n.º 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada, considerando-se como tal a previsão de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consoante razões de decidir adotadas no julgamento do AgRg no AREsp 671.070/DF, é no sentido de que, deixando a parte de cumprir a ordem de exibição dos instrumentos dos contratos a serem revisados, deve ser considerado verdadeiro o que com eles se pretendia provar, por inteligência do disposto no artigo 359 do Código de Processo Civil de 1973, correspondente ao art. 400 do CPC em vigor.

3. Segundo admitido por este Tribunal no julgamento da Apelação n.º. 0041583-93.2011.8.15.2003, é legítimo o exercício da pretensão exhibitória de contratos bancários de forma incidental no processo de conhecimento.

4. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas. Inteligência do art. 86, do Código de Processo Civil.

**VISTO**, relatado e discutido o presente procedimento referente à Apelação, nos autos da Ação de Declaração de Nulidade e Revisão de Contrato autuada sob o n.º 0028589-39.2011.8.15.2001, em que figuram como Apelante o Banco Santander S.A. e como Apelados Márcio Barbosa da Silva e outros.

**ACORDAM** os eminentes Desembargadores integrantes da Colenda Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, à unanimidade, acompanhando o voto do Relator, **em conhecer da Apelação e dar-lhe parcial provimento.**

## **VOTO.**

**Banco Santander S.A.** interpôs **Apelação** contra a Sentença prolatada pelo Juízo da 6.<sup>a</sup> Vara Cível de Comarca desta Capital, f. 190/198, nos autos da Ação de Declaração de Nulidade e Revisão de Contrato ajuizada em seu desfavor por **Márcio Barbosa da Silva e outros**, que julgou parcialmente procedente o pedido para declarar aplicável o Código de Defesa do Consumidor à relação jurídica estabelecida entre os litigantes e inexistente a pactuação contratual expressa que autorize a aplicação da Tabela Price como a forma de amortização do débito e condenar o Apelante à recalcular os valores devidos em razão dos contratos de empréstimos descritos nos extratos de f. 35/40, 48/49, 56/62, 70/71 e 80/84 pelo método Hamburguês/SAC e à repetir o indébito advindo da incidência de juros remuneratórios capitalizados sobre o montante contratado, abstendo-se de impor a devolução em dobro, ao fundamento de que, apesar de não provada a má-fé da cobrança indevida, o Apelante não exibiu os contratos de mútuo bancário firmados, mesmo após intimado, pelo que devem ser consideradas verdadeiras as alegações deduzidas na Petição Inicial.

Em suas razões, f. 200/217, alegou que é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos bancários celebrados a partir da edição da Medida Provisória nº. 1.963-17/2000 e que a previsão contratual de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada, razão pela qual não há fundamento legal que justifique a declaração de nulidade das cláusulas que foram aceitas pelos Apelados no ato de contratação, sob pena de violação ao Princípio da Força Obrigatória dos Contratos, pugnando pela reforma da Sentença.

Nas Contrarrazões, f. 244/253, os Apelados aduziram que o descumprimento da determinação judicial incidental de exibir os contratos bancários pelo Apelante inviabilizou a apreciação das cláusulas avençadas, pelo que deve ser admitida como verdadeira a ausência de previsão contratual que preveja a aplicação do Método Price para a amortização do débito e a incidência de juros remuneratórios de forma capitalizada, pugnando pela manutenção da Sentença.

Desnecessária a intervenção da Procuradoria de Justiça, porquanto ausentes os requisitos legais impositivos, nos termos do art. 176 a 181, do Código de Processo Civil.

**É o Relatório.**

O Apelo é tempestivo e preparo foi recolhido, f. 239, pelo que, presentes os demais requisitos de admissibilidade previstos no CPC/73, conforme Enunciado Administrativo nº. 02 do STJ<sup>1</sup>, **dele conheço**

O Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial julgado sob a sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973, firmou o entendimento de que, nos contratos bancários celebrados posteriormente à entrada em vigor da MP nº 1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001<sup>2</sup>, é lícita a capitalização de juros nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, o que implica em exceção à regra estabelecida pela Súmula nº 121 do STF<sup>3</sup>, devendo ser considerada expressamente pactuada quando a taxa anual é superior ao duodécuplo da mensal<sup>4</sup>, bem como de que é possível a revisão das taxas de juros em situações excepcionais, desde que haja relação de consumo e que a abusividade esteja cabalmente demonstrada no caso concreto<sup>5</sup>.

Eis a ementa do *leading case*:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE

- 1 STJ, Enunciado administrativo nº. 02: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- 2 Medida Provisória nº 2.170-36/01, Art. 5º. Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano [...].
- 3 Enunciado nº. 121, da Súmula do STF: É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada.
- 4 AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. TAXA DE JUROS ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DAS MENSAIS. POSSIBILIDADE DA COBRANÇA. 1. Nos contratos bancários firmados posteriormente à entrada em vigor da MP n. 1.963-17/2000, reeditada sob o n. 2.170-36/2001, é lícita a capitalização mensal dos juros, desde que expressamente prevista no ajuste. A previsão, no contrato bancário, de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada (Recurso Especial repetitivo n. 973.827/RS) (STJ, AgRg no AREsp 316735/SC, Terceira Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 18/03/2014, publicado no DJe de 25/03/2014).
- 5 DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO. [...] I – JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO 1 – JUROS REMUNERATÓRIOS a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. [...] (STJ, REsp 1061530/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).

PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO. [...] 3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - **“É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.”** - **“A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada”**. [...] (STJ, REsp 973.827/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Rel. p/ Acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012).

Resulta demonstrado nos autos que os Autores, ora Apelados, formularam requerimento incidental de exibição do instrumento dos contratos de empréstimos consignados que afirmam haver celebrado com o Apelante, pleito que foi deferido pelo Juízo, na Audiência de Conciliação, Termo às f. 176.

O Apelante, entretanto, não cumpriu a determinação judicial, consoante certificado às f. 178, limitando-se, em Petição protocolada após decurso do prazo fixado pelo Juízo para exibição dos contratos bancários firmados com os Apelados, a habilitar novos advogados, f. 182/186.

Este Tribunal de Justiça, no julgamento da Apelação nº. 0041583-93.2011.8.15.2003<sup>6</sup>, decidiu que é facultado à parte o exercício da pretensão exhibitória de documentos por meio da tutela cautelar ou no decorrer do processo de conhecimento.

No caso dos autos, é legítima a pretensão exhibitória dos contratos bancários, deduzida pelos Apelados de forma incidental no processo de conhecimento, entretanto, em relação ao Apelado Glauber Quirino da Rocha,

- 6 REVISIONAL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ALEGADA ILEGALIDADE DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. INAPLICABILIDADE DA LEI DE USURA ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. PREVISÃO DE TAXA DE JUROS MENSAL INFERIOR AO DUODÉCUPLO DA MENSAL. CLÁUSULA CONTRATUAL EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DO INSTRUMENTO DO CONTRATO NOS AUTOS. DESCUMPRIMENTO, POR PARTE DO BANCO RÉU, DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE EXIBIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE SE PRETENDIA PROVAR. INTELIGÊNCIA DO ART. 400 DO CPC/2015. PRECEDENTES DO STJ. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS NÃO PACTUADA. ABUSIVIDADE. [...]. PROVIMENTO. 1. É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos bancários celebrados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória n.º 1.963-17/2000 (em vigor como MP n.º 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada, considerando-se como tal a previsão de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal (STJ, REsp 973827 RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Rel. p/ Acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012). 2. Deixando a parte de cumprir a ordem de exibição dos contratos a serem revisados, deve ser considerado verdadeiro o que com eles se pretendia provar. Inteligência do art. 400 do CPC/2015. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. [...] (TJPB - Acórdão/Decisão do Processo nº 00415839320118152003, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, j. em 23-08-2016).

BANCÁRIO - AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA - AGRAVO - REVISÃO CONTRATUAL E PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE CONTRATO - POSSIBILIDADE [...] 1.A exibição de documentos pode ser postulada por meio da tutela cautelar, ou, igualmente, no decorrer do processo de conhecimento. [...] (TJPE, AI nº. 2144065, Processo nº. 0020261-89.2010.8.17.0000, Relator: Desembargador Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto, Data de Julgamento: 09.06.2011, 3ª Câmara Cível, Data da Publicação: 01.12.2011).

verifica-se que a cópia do contrato que requereu a exibição já instrui a Petição Inicial, f. 72, pelo que lhe carece o interesse de agir quanto à essa fração do pedido.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consoante razões de decidir adotadas no julgamento do AgRg no AREsp 671.070/DF<sup>7</sup>, é no sentido de que, deixando a parte de cumprir a ordem de exibição dos instrumentos dos contratos a serem revisados, deve ser considerado verdadeiro o que com eles se pretendia provar, por inteligência do disposto no artigo 359 do Código de Processo Civil de 1973, correspondente ao art. 400 do CPC em vigor<sup>8</sup>.

Inexistindo nos autos cópia dos instrumentos contratuais firmados pelos Apelados Márcio Barbosa da Silva, Rubem Severino José Filho, Daniel da Silva Dias e Severino do Ramo da Silva Santos, por inércia da Instituição Financeira, que deixou de cumprir a determinação judicial de exibição, impõe-se a presunção de

- 7 AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ASTREINTES. DESCABIMENTO. COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO. 1. [...] 2. A jurisprudência deste Tribunal Superior, inclusive firmada em recurso especial representativo de controvérsia, é no sentido de ser descabida a multa cominatória na exibição, incidental ou autônoma, de documento relativo a direito disponível (Súmula nº 372/STJ). **Quando houver descumprimento injustificado da determinação judicial, em se tratando de ação cautelar de exibição, o magistrado poderá ordenar a busca e apreensão do documento ou, nas hipóteses de exibição incidental de documento, sendo disponível o direito, poderá aplicar a presunção de veracidade (art. 359 do CPC), a qual será relativa.** 3. [...] (STJ, AgRg no REsp 1491088/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 05/05/2015, DJe 12/05/2015).

AGRADO REGIMENTAL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE RECUSA NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. NÃO CABIMENTO. 1. [...] 3. **Segundo a jurisprudência do STJ, na ação de exibição de documentos não cabe a aplicação de multa cominatória (Súmula 372). Este entendimento aplica-se, pelos mesmos fundamentos, para afastar a cominação de multa diária para forçar a parte a exhibir documentos em medida incidental no curso de ação ordinária. Nesta, ao contrário do que sucede na ação cautelar, cabe a presunção ficta de veracidade dos fatos que a parte adversária pretendia comprovar com o documento (CPC, art. 359)**, cujas consequências serão avaliadas pelo juízo em conjunto com as demais provas constantes dos autos, sem prejuízo da possibilidade de busca e apreensão, nos casos em que a presunção ficta do art. 359 não for suficiente, ao prudente critério judicial. 4. [...] (STJ, AgRg no AREsp 671.070/DF, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 04/08/2015, DJe 12/08/2015).

AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ART. 359 DO CPC. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. NÃO APLICABILIDADE. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO. 1. A presunção de veracidade contida no art. 359 do Código de Processo Civil **não se aplica às ações cautelares de exibição de documentos.** Precedentes. 2. Na ação cautelar de exibição, não cabe aplicar a cominação prevista no art. 359 do CPC, respeitante à confissão ficta quanto aos fatos afirmados, uma vez que ainda não há ação principal em curso e não se revela admissível, nesta hipótese, vincular o respectivo órgão judiciário, a quem compete a avaliação da prova, com o presumido teor do documento 3. Julgamento afetado à 2a. Seção com base no Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos). 4. Recurso especial a que se dá provimento (STJ, REsp 1094846/MS, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado do TRF 1ª Região), Segunda Seção, julgado em 11/03/2009, DJe 03/06/2009).

- 8 CPC, Art. 400. Ao decidir o pedido, o juiz admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte pretendia provar se: I – o requerido não efetuar a exibição nem fizer nenhuma declaração no prazo do art. 398; II – a recusa for havida por ilegítima. Parágrafo único. Sendo necessário, o juiz pode adotar medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias para que o documento seja exibido.

veracidade das alegações deduzidas por eles na Petição Inicial de que não foram pactuadas a aplicação do Método Price de amortização do débito e a capitalização dos juros remuneratórios, nos contratos de empréstimos consignados descritos nos extratos de f. 35/40, 48/49, 56/62 e 80/84, notadamente, considerado-se que não houve produção de prova em sentido contrário, pelo que, nos termos do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, acima invocado, não podem ser havidas como lícitas e devem ser excluídas da avença.

Os extratos de f. 35/40, 48/49, 56/62 e 80/84 discriminam os valores das parcelas e informam que os contratos estão liquidados, pelo que se conclui que Márcio Barbosa da Silva, Rubem Severino José Filho, Daniel da Silva Dias e Severino do Ramo da Silva Santos possuem direito à devolução das quantias pagas a maior em razão da aplicação do Método Price de amortização do débito e da incidência dos juros remuneratórios de forma capitalizada.

Quanto ao Apelado Glauber Quirino da Rocha, verifica-se em seu Contrato de Empréstimo, avençado em 18 de junho de 2009, f. 72, que houve pactuação expressa da incidência dos juros remuneratórios de forma capitalizada, porquanto a taxa anual de juros remuneratórios, fixada em 25,34%, é superior ao duodécuplo da mensal, disposta no percentual de 1,90%, motivo pelo qual, em atenção aos Enunciados nº. 539 e 541 da Súmula do STJ<sup>9</sup>, não há nulidade contratual a ser declarada e, conseqüentemente, não há indébito a ser repetido ao citado Apelado.

Posto isso, **conhecida a Apelação, dou-lhe parcial provimento para, reformando a Sentença, julgar improcedente o pedido formulado pelo Apelado Glauber Quirino da Rocha, condenando-o ao pagamento de vinte por cento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados pelo Juízo de Origem, estes destinados aos advogados do Apelante, nos termos do art. 86, do Código de Processo Civil<sup>10</sup>, mantendo a Sentença em seus demais termos.**

**É o voto.**

Presidiu o julgamento realizado na Sessão Ordinária desta Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, no dia 07 de março de 2017, conforme Certidão de julgamento, com voto, o Excelentíssimo Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, participando do julgamento, além deste Relator, o Excelentíssimo Desembargador João Alves da Silva. Presente à sessão o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dr. Amadeus Lopes Ferreira.

Gabinete no TJ/PB em João Pessoa,

**Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira**  
Relator

9 Enunciado nº. 539 da Súmula do STJ: É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.

Enunciado nº. 541 da Súmula do STJ: A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

10 CPC, Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.